



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 0151/2022-GAG

Brasília, 17 de maio de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o Projeto de Lei (80933677), o qual altera a Lei nº 6.269, de 19 de janeiro de 2019, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal e dá outras providências.

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (80934891).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a Vossos Pares protestos do mais elevado respeito e consideração.

Atenciosamente,

IBANEIS ROCHA

Governador do Distrito Federal

A Sua Excelência o Senhor

Deputado RAFAEL PRUDENTE

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA



Documento assinado eletronicamente por **IBANEIS ROCHA BARROS JÚNIOR - Matr.1689140-6, Governador(a) do Distrito Federal**, em 17/05/2022, às 12:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **86484226** código CRC= **32122A94**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti, Palácio do Buriti, Térreo, Sala T32 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF
6139611698

00370-00000214/2022-18

Doc. SEI/GDF 86484226



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022

(Autoria: Poder Executivo)

Altera a Lei nº 6.269, de 19 de janeiro de 2019, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.269, de 19 de janeiro de 2019, passa a vigorar com o acréscimo, no artigo 49, do seguinte inciso:

"XIII - Plano Distrital de Atração de Investimentos."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 3/2022 - SDE/GAB

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2022

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Submeto a apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei inserto aos autos (80933677), que versa sobre a alteração da Lei nº 6.269, de 19 de janeiro de 2019, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal - ZEE/DF e dá outras providências.

Nesse norte, informo que referida alteração visa incluir o Plano Distrital de Atração de Investimentos - PDAI, com o intuito de garantir o cumprimento dos objetivos e estratégias do ZEE-DF, especialmente no que tange ao desenvolvimento produtivo sustentável do Distrito Federal.

Releva mencionar que o Plano Distrital de Atração de Investimentos- PDAI, cuja implantação está em curso na SDE-DF, é previsto no Plano Estratégico do Governo (pág. 182), no EIXO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, como uma das iniciativas prioritárias para reduzir o desemprego abaixo da média nacional.

Nesse norte, por intermédio do [Decreto nº 41.631, de 22 de dezembro de 2020](#), ficou criado o Comitê Executivo de Atração de Investimentos (CEAI) para centralizar e agilizar as ações voltadas para instalação ou ampliação de grandes empreendimentos no Distrito Federal, visando à geração de emprego e renda, que extrapolassem a competência e atribuições reservadas à Secretária de Desenvolvimento Econômico.

O Plano Distrital de Atração de Investimentos, por sua vez, é uma obrigação normativa, prevista no regimento interno da SDE-DF, [Regimento interno da SDE-DF Decreto 39.041 de 2018](#), de 10 de maio de 2018, *in verbis*:

Art. 31. À Coordenação de Atração de Investimento - COATI, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada a Subsecretaria de Apoio as ADE's, compete:

(...)

II - criar e submeter à aprovação superior o Programa de Atração de Investimentos;

Desse modo, o Plano Distrital de Atração de Investimentos - PDAI faz parte da agenda central do governo, visto que:

(1) integra o planejamento estratégico do Distrito Federal;

(2) está previsto no Regimento Interno da SDE-DF; e

(3) possui um Comitê Executivo especial (com a participação de outras Secretarias de Estado) para centralizar e agilizar as ações voltadas à instalação ou ampliação de grandes empreendimentos no Distrito Federal, que extrapolem a competência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

A Lei de Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal - ZEE/DF, por sua vez,

tem o condão de promover a elaboração de políticas públicas, em especial a de desenvolvimento produtivo sustentável, senão vejamos:

(...)

Art. 48. Para o cumprimento dos objetivos e estratégias do ZEE-DF, o Distrito Federal, por meio de seus órgãos e com a colaboração de instituições de pesquisa, da sociedade civil e do setor privado, deve promover a elaboração das seguintes políticas, sem prejuízo de outras que se façam necessárias:

I – política de desenvolvimento produtivo sustentável do Distrito Federal, com foco nas 5 naturezas de atividades produtivas instituídas nesta Lei; (grifos nossos)

No que se refere aos planos, observa-se que na Lei de Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal - ZEE/DF **não há devida correspondência ao Plano Distrital de Atração de Investimentos**, que tem a missão de estabelecer a modernização, o desenvolvimento e a melhoria contínua dos eixos relacionados: aos Arranjos Produtivos Locais (APLs); à Economia Criativa; à Economia da Inovação; à Economia Circular; à Economia Tradicional e a Sustentabilidade de empreendimentos, com a finalidade de transformar Brasília na Área Nacional de Destino de Investimentos Produtivos, a seguir colacionado:

(...)

Art. 49. Para o cumprimento dos objetivos e estratégias do ZEE-DF, o Distrito Federal, por meio de seus órgãos e com a colaboração de instituições de pesquisa, da sociedade civil e do setor privado, deve promover a elaboração e atualização dos seguintes planos, sem prejuízo de outros que se façam necessários:

I – plano distrital de turismo;

II – plano distrital de desenvolvimento rural sustentável;

III – plano distrital de transporte de cargas;

IV – plano distrital de saneamento básico;

V – plano distrital de monitoramento ambiental do território;

VI – plano distrital de sistema de áreas verdes permeáveis intraurbanas;

VII – plano de ação dos corredores ecológicos;

VIII – plano de transição para economia de baixa emissão de carbono;

IX – planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas do Distrito Federal;

X – plano de adaptação às mudanças climáticas;

XI – planos de manejo das unidades de conservação distritais;

XII – plano de manejo sustentável das águas pluviais no território do Distrito Federal.

Pelo exposto, solicito a Vossa Excelência, *s.m.j.*, o encaminhamento do presente Projeto de Lei à Câmara Legislativa do Distrito Federal, a fim de garantir a aderência do Plano Distrital de Atração de Investimentos - PDAI à Lei de Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal - ZEE/DF, haja vista sua relevância para o desenvolvimento econômico e sustentável, bem como, para a geração de emprego e renda no Distrito Federal.

Por oportuno, renovo os votos de estima e consideração e coloco esta pasta à disposição para demais contribuições e/ou informações que se façam necessárias.

Respeitosamente,

JESUINO DE J. PEREIRA LEMES

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **JESUINO DE JESUS PEREIRA LEMES - Matr. 280.503-0**, **Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal**, em 24/02/2022, às 23:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **80934891** código CRC= **8AAC9C35**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor Comercial Norte - SCN Quadra 2 Bloco "C" Número 900 - Bairro Asa Norte - CEP 70712-030 - DF

(61)2141-5405

00370-00000214/2022-18

Doc. SEI/GDF 80934891



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2022

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

OBJETO: Trata-se de Projeto de Lei ([78451914](#)) elaborada pela Subsecretaria de Apoio as Áreas de Desenvolvimento Econômico desta Pasta, visando alterar a Lei Distrital nº 6.269/2019, que Institui o Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF, inserindo o Plano Distrital de Atração de Investimentos, como um dos objetivos e estratégias descritos no art. 49.

A proposta em tela visa possibilitar a alteração Altera da lei nº 6.269, de 19 de janeiro de 2019, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal. A referida alteração visa sanar a lacuna da lei, com relação ao Plano Distrital de Atração de Investimentos, PDAI, cuja implantação está em curso, na SDE-DF e é prevista no Plano Estratégico do Governo, pág. 182, no EIXO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, como uma das iniciativas prioritárias, para o Desenvolvimento Econômico no que diz respeito a reduzir o desemprego abaixo da média nacional.

VALOR ESTIMADO: Quanto exigência prevista no artigo 12, inciso III, do Decreto 39.680/2019, percebe-se a ausência de "estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos termos da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ou declaração de que a proposta não acarretará aumento de despesa".

Eu, **FÁBIO BERNARDINO DA SILVA**, no exercício da função de Ordenador de Despesas, nos termos dos Incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, c/c com a Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993 e, em observância ao artigo 12, inciso III, do Decreto 39.680/2019, **DECLARAMOS QUE A PROPOSTA EM TELA NÃO ACARRETERÁ AUMENTO DESPESA**.

Encaminhe-se o presente processo à AJL/SDE, conforme solicitação destacada (79751670), para demais providências.

Atenciosamente,

FÁBIO BERNARDINO DA SILVA
Subsecretário de Administração Geral



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BERNARDINO DA SILVA - Matr.0279547-7**, Subsecretário(a) de Administração Geral, em 10/02/2022, às 10:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **79770447** código CRC= **0A50243E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor Comercial Norte - SCN Quadra 2 Bloco "C" Número 900 - Bairro Asa Norte - CEP 70712-030 - DF
(61) 2141-5458

00370-00000214/2022-18

Doc. SEI/GDF 79770447